



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

NOVEMBRO DE 1992
Nº 30

Líder dos revendedores é contra privatização da Petrobrás

O empresário Luiz Gil Siuffo Pereira, presidente da Fecombustíveis — Federação Nacional do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo —, manifesta, de forma clara e contundente, no artigo que estamos publicando, sua posição contrária à privatização da Petrobrás. É um importante apoio à luta da

AEPET contra a privatização da Empresa por se tratar da opinião de um homem que se declara defensor da livre iniciativa, líder e representante de 25 mil pequenos e médios empresários brasileiros proprietários de postos de gasolina, sobre o qual não recai qualquer suspeita de corporativismo.

Por **LUIZ GIL SIUFFO PEREIRA**
Presidente da
Fecombustíveis-Federação
Nacional do Comércio Varejista
de Derivados de Petróleo

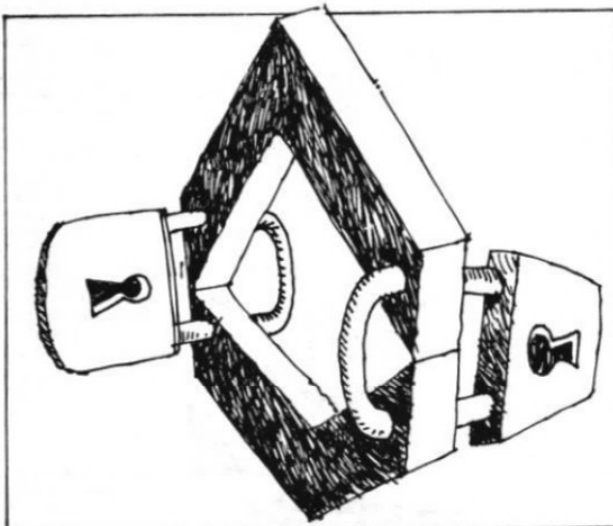
O Congresso Argentino, por maioria insignificante, aprovou a privatização da YPF-Yacimientos Petrolíferos Fiscales, a estatal do petróleo daquele país.

Não houve comoção social pois a YPF não conta com a simpatia da sociedade argentina, que a tem como incompetente para gerir a prospecção e o refino do petróleo. Criada há 70 anos, defasou-se tecnologicamente e é a única empresa do setor no mundo a acumular sucessivos prejuízos. Perdeu a auto-suficiência conquistada no passado, estagnando-se na produção de algo em torno de 300 mil barris/dia, nível obtido há três décadas.

A YPF difere profundamente da sua co-irmã brasileira, a Petrobrás. Todavia, a notícia da autorização do congresso argentino fez ressurgir insinuações como se o exemplo daquele país fosse viável no nosso.

Não há como os interessados na privatização da Petrobrás pegarem carona no caso argentino, simplesmente porque além das diferenças estruturais entre os dois países, não há nenhum grau de comparação entre as duas empresas. A

estatal brasileira é hoje exemplo de avanço tecnológico até para empresas do chamado primeiro mundo. No mercado há 40 anos, a Petrobrás produz acima de duas vezes mais que a YPF, em condições sabidamente adversas, o que a obrigou a desenvolver, com êxito total, a prospecção em águas profundas. Mesmo considerando-se o elevado consumo interno, a Petrobrás dá ao povo brasileiro a esperança da auto-suficiência.



Ela é estratégica na questão do petróleo, e ainda contribui de modo significativo em outros campos. Sustenta o abastecimento de estatais como a Rede Ferroviária Federal e Lloyd Brasileiro, por exemplo, que acumulam dívidas históricas por fornecimentos não pagos. Pratica preços irrealistas por força da política econômica. Esses sacrifícios são

compensados com mais eficiência administrativa e operacional. Viabilizou o Proálcool, cuja produção ultrapassa o correspondente a 200 mil barris/dia. Exemplo de estatal, a Petrobrás nunca usou recursos do Tesouro da União. Ao contrário, tem sido usada pelo Tesouro, inclusive possibilitando a concretização de operações de crédito, como avalista internacional de prestígio.

Quem deseja a privatização da Petrobrás, portanto, deve se ancorar em outras razões, pois o exemplo argentino é frágil e só favorece a estatal brasileira.

Há dois outros aspectos dignos de registro. Primeiro, a empresa conta com a simpatia da sociedade brasileira, e exemplos recentes mostram que não se deve deixar de ouvir a voz do povo. Segundo, sua subsidiária — Petrobrás Distribuidora — é o ponto de equilíbrio do abastecimento de derivados de petróleo, concorrendo abertamente com empresas internacionais de larga experiência mundial, destacando-se pela sua eficiência.

Faço minhas as palavras do Ministro Paulino Cícero: "tenho mil razões para desaconselhar a privatização da Petrobrás, e uma delas é a existência do monopólio constitucional". Aguardemos a revisão constitucional, mas até lá que fique claro que o caso argentino deve se limitar às suas fronteiras, pois não há qualquer paralelo coerente com o modelo brasileiro.

AEPET defende a Petros

A Petrobrás e seus empregados têm sido criticados por destinarem recursos à Fundação Petrobrás de Seguridade Social — Petros. As fundações privadas que suplementam as aposentadorias dos trabalhadores constituem uma conquista social, verdadeiro paradigma de modernidade, sobretudo nos países de primeiro

mundo onde a previdência privada, convivendo com a oficial, é uma prática generalizada. Por isso, é lamentável e inaceitável que figuras como Roberto Campos, Murilo Sampaio e Lamartine Navarro Júnior, que se dizem arautos da modernidade, estranhem e critiquem essa conquista da classe trabalhadora. Respondendo a

críticas do Sr. Lamartine Navarro Júnior, vice-presidente da Sociedade dos Produtores de Alcool do Estado de São Paulo, publicadas no jornal O Estado de São Paulo, o nosso companheiro Ricardo Maranhão endereçou àquele veículo de comunicação um artigo com esclarecimentos sobre a matéria, que publicamos na íntegra.

O ESTADO DE S. PAULO — 22 DE SETEMBRO DE 1992

Petros, previdência privada e modernidade

RICARDO MARANHÃO

Com o título *Petróleo e Privatização, o Estado* publicou artigo do sr. Lamartine Navarro Júnior (8/5), vice-presidente da Sociedade dos Produtores de Alcool, no qual defende a revogação do princípio constitucional do monopólio estatal do petróleo e a consequente privatização da Petrobrás.



Na defesa da sua tese, ele argumenta que é necessário "modernizar a estrutura econômica do Brasil" e critica as contribuições, que chama de "doações", feitas pela Petrobrás à Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros). A seu ver, estas contribuições "demonstram a força do corporativismo dos funcionários e a incapacidade dos acionistas da Petrobrás em fazer valer os seus direitos".

Não há dúvidas de que os mais de 450 mil acionistas minoritários da Petrobrás têm sofrido prejuízos nos últimos anos. Houve atraso no pagamento de dividendos e, recentemente, a companhia decidiu não pagar os dividendos do exercício de 1991, fato inédito, em 37 anos, desde a sua criação, em 1953.

No entanto, é necessário deixar claro que os empregados não podem ser responsabilizados por estes prejuízos. Eles decorrem das dificuldades financeiras da Petrobrás, causadas pela política adotada pelo acionista controlador — a União federal — de utilização dos preços dos derivados como "freio da inflação" e concessão de subsídios ao álcool e à nafta petroquímica. Há, ainda, os débitos do governo com a Petrobrás, que atingiram, em junho, mais de US\$ 3,5 bilhões. A venda de derivados às distribuidoras, a prazo, sem encargos financeiros, em conjuntura de

inflação elevada, complementa o elenco de desacertos que levaram a Petrobrás à perda de bilhões de dólares, nos últimos anos. Estas perdas foram comprovadas por comissão parlamentar mista de inquérito no Congresso Nacional, por auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União, e são denunciadas em relatório do Conselho Federal da OAB, encaminhado ao Ministério Público.

Quanto às contribuições da Petrobrás e dos seus empregados à Petros, constituem elas poupança que torna viável o pagamento de alguns encargos trabalhistas transferidos pela Petrobrás à Petros, quando da sua criação em 1970. Estes encargos são as indenizações por morte e invalidez e a suplementação da renda na aposentadoria. Para fazer jus à manutenção da renda, após dezenas de anos de serviços à companhia, os empregados, ativos e aposentados, descontam, mensalmente, para seu fundo de pensão, cerca de 10% do salário recebido.

Não se trata, portanto, de corporativismo, como menciona o sr. Navarro, e sim de administração previdente, consciência das responsabilidades que toda empresa realmente moderna e séria tem com os seus empregados. A constituição da Petros foi uma responsabilidade compartilhada pela Petrobrás e por seus empregados, surgida da necessidade de atender efetivamente aos ditames da justiça social, inspiradora da legislação previdenciária. Neste

setor, como em outros, o Banco do Brasil, com a Previ, e a Petrobrás, com a Petros, foram pioneiros. Outras estatais e dezenas de empresas privadas seguiram-lhes o exemplo, também contribuindo para a criação de fundações destinadas a garantir a suplementação de aposentadorias.

A Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp) conta hoje com 254 fundações associadas, dentre elas 142 do setor privado e 112 do setor público. Destas entidades, mais de 40 são patrocinadas por empresas multinacionais. Em algumas companhias, como a Shell e a IBM, os fundos que suplementam as aposentadorias são por elas totalmente custeados, sem quaisquer contribuições dos empregados. Todas as empresas patrocinadoras têm consciência de que a suplementação de aposentadoria é uma ferramenta moderna na gerência de recursos humanos, representando um salário indireto para os empregados, destinado a atrair mão-de-obra qualificada, reduzir a rotatividade na empresa, aumentar a produtividade e incentivar a renovação do quadro de empregados. A previdência privada é francamente incentivada nos países do Primeiro Mundo, como os Estados Unidos, onde os fundos de pensão movimentam mais de US\$ 4 trilhões por ano.

O sr. Lamartine Navarro, que tanto fala em modernidade, não deveria estranhar, muito menos criticar, esta conquista dos trabalhadores. Ao contrário, como influente líder empresarial de um setor tão importante para a economia do País, deveria lutar para estendê-la aos trabalhadores da agroindústria canavieira, muitos dos quais ainda vivem na inaceitável condição de "boias-frias".

■ Ricardo Maranhão, engenheiro, é vice-presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet).

